

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985): BALANÇO HISTÓRICO E NOVAS PERSPECTIVAS

SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL (1964-1985): HISTORICAL ASSESSMENT AND NEWS PERSPECTIVES

Bruno Duarte Rei^{*}
Sílvia Maria Agatti Lüdorf^{**}

RESUMO

Este estudo objetiva discutir, criticamente, determinadas funções atribuídas à Educação Física escolar no período da ditadura militar brasileira. Algumas obras de grande visibilidade no contexto acadêmico da Educação Física apresentam consenso sobre uma suposta consonância entre a Educação Física escolar e os interesses do governo ditatorial-militar. Segundo essas obras, a Educação Física escolar estaria a serviço da melhora da produtividade para o trabalho, da formação de atletas de alto rendimento e do uso político do esporte. Contudo, observou-se que tais versões historiográficas apresentam limites, principalmente em função de dados que demonstram a participação de professores de Educação Física na elaboração das políticas públicas gestadas para a área e a presença de práticas pedagógicas heterogêneas, que não necessariamente estavam alinhadas com os interesses do regime ditatorial-militar. Conclui-se pela necessidade de compreender o objeto de estudo abordado de uma maneira mais profunda, complexa e matizada.

Palavras-chave: História da Educação Física. Educação Física Escolar. Ditadura Militar no Brasil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é derivado de um conjunto de reflexões geradas pelo desenvolvimento do projeto de pesquisa denominado “Corpo, ditadura e formação de professores na Educação Física brasileira”, que, desde o primeiro semestre de 2010, vem sendo construído e institucionalizado pela Prof^a. Dr^a. Sílvia Maria Agatti Lüdorf, junto ao Núcleo de Estudos Sociocorporais e Pedagógicos em Educação Física e Esportes (NESPEFE). Em linhas gerais, tal empreendimento tem como objetivo investigar práticas e representações relacionadas ao corpo durante os anos da ditadura militar brasileira, especificamente no curso de formação de professores da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro¹.

Ao estudarmos a configuração da Educação Física escolar no período do regime ditatorial-

militar brasileiro, observamos claramente que essa prática de intervenção social vivenciou um significativo processo de transformações. De acordo com Taborda de Oliveira (2001), foi mais precisamente a partir do final da década de 1960 que passou a existir no Brasil uma preocupação disseminada com o que denominou de “renovação” da Educação Física. Resumindo, nas palavras do próprio autor:

A reforma universitária de 1968 (Lei 5.540/68) expande a oferta de vagas nos cursos superiores, o que incrementaria a formação de profissionais de Educação Física; paralelamente o governo investia na formação de quadro em caráter de emergência, definia uma política setorial para a área de Educação Física e Esportes, legislava exclusivamente sobre a matéria, de forma a dotá-la de um aparato legal diferenciado (Lei

* Mestrando. Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

** Doutora. Professora adjunta do Departamento de Ginástica da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

5.692/71, art. 7º; Decreto 69.450/71), incrementava uma política de publicação e circulação de idéias sobre a área [...], fomentava a pesquisa e a pós-graduação em Educação Física no Brasil (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 19).

Por outro lado, diz Taborda de Oliveira (2001, p. 19), a corporação dos especialistas em Educação Física se organizava:

[...] emergiam os programas municipais e estaduais para a área; consolidava-se a influência do esporte sobre as práticas escolares; a Educação Física ganhava uma certa autonomia no interior da instituição escolar; debatia-se sobre seu estatuto científico e suas implicações pedagógicas; expandiam-se as competições com um caráter pretensamente “formativo” – competições intraescolares, Jogos Escolares, Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e Jogos Universitários Brasileiros (JUBs).

Mesmo se caracterizando como um período de relevantes expansões e mudanças, o baixo índice de estudos que abordam como tema central questões concernentes à configuração da Educação Física escolar, no transcorrer da ditadura militar, é um dado que nos chamou a atenção. Ao longo do levantamento bibliográfico realizado para a elaboração do presente artigo, notamos que, além dos trabalhos realizados por Beltrami (1992)ⁱⁱ, Taborda de Oliveira (2001)ⁱⁱⁱ, Pinto (2003) e Rosa (2006), não foi possível detectar outras referências que tratem especificamente desse assunto.

Tendo em vista essa limitação, assim como Taborda de Oliveira (2001), percebemos que uma alternativa frequente de aproximação histórica desse objeto de estudo se dá pela leitura de obras que, na maioria dos casos, não se caracterizam por serem trabalhos históricos. Como bem define o autor:

No seu conjunto tais estudos dizem respeito muito mais as práticas escolares do que a história propriamente dita. Mas todos eles, de uma maneira ou de outra, recorrem à história para justificar posições,

construir interpretações e alguns até mesmo estabelecer prescrições. [...] Ora, essa influência acaba por reforçar leituras históricas de segunda mão, mesmo que os estudos de caráter histórico não fossem o interesse primeiro dos autores das obras arroladas. [...] Assim, para criticar as práticas escolares da Educação Física, vários autores recorreram a um mergulho na sua história, indicando linhas de continuidade entre o que foi e o que tem sido a Educação Física escolar neste país (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 41-42).

Não temos a pretensão de elaborar uma discussão pormenorizada acerca desse conjunto de publicações. Tal empreendimento, evidentemente, seria impossível diante dos limites deste trabalho. Entretanto, consideramos que uma breve menção aos principais papéis que essas produções atribuem à Educação Física escolar, no período abordado neste artigo, faz-se relevante neste momento.

As produções acadêmicas consultadas apresentam um consenso sobre a consonância entre a prática da Educação Física escolar e os interesses de um governo militar autoritário, fortemente atrelado a uma burguesia nacional, associada ao capital internacional (CASTELLANI FILHO, 1988; GHIRALDELLI JUNIOR, 1988; BETTI, 1991; BRACHT, 1992; SOARES et al., 1992). Dessa maneira, o ensino da Educação Física nas instituições educacionais – reduzido à prática de algumas modalidades esportivas, pautada pelo alto rendimento – foi interpretado como uma ação racional do Estado para: (a) adestrar^{iv} fisicamente os escolares, tendo em vista o aumento do rendimento produtivo no mundo do trabalho; (b) formar atletas profissionais, considerando os possíveis benefícios políticos de conquistas esportivas no cenário internacional; e (c) pelo uso político do esporte, desviar a atenção da população de questões sociopolíticas.

Embora essas considerações sejam, em certa medida, pertinentes e dignas de análise, concordamos com Taborda de Oliveira (2001, p. 39) ao afirmar que, em comum, esses trabalhos “são caracterizados basicamente por uma forma vertical de conceber a relação entre os sujeitos históricos e as estruturas sociais, políticas e

econômicas”. Dentro dessa perspectiva, e ainda de acordo com o autor, observamos que:

Ao longo da década de 1980, a produção historiográfica da Educação e da Educação Física no Brasil orientou-se basicamente por uma prática baseada em extrair dos documentos aquilo que eles traziam de uma forma bastante clara, sem se preocupar com as possibilidades não manifestas. Fez-se uma leitura um tanto açodada de que pareciam ser os documentos, sem levar em consideração o que eles realmente podiam ser ou efetivamente eram (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 30, grifo do autor).

Assim, complementa Taborda de Oliveira (2001, p. 30 grifo do autor):

[...] enquadrou-se a história em esquemas predeterminados, orientados por uma concepção determinista do processo histórico, em que os sujeitos aparecem como meros coadjuvantes e vítimas de *maquinações* engendradas fora da concretude das relações humanas. Essa tradição abstracionista, muitas vezes orientada por um materialismo de tipo economicista, imputou às estruturas sociais a ação dos homens na história, esquecendo-se do duplo movimento de constituição da cultura: homens que produzem história que produz cultura que produz homens.

O presente artigo se propõe a discutir, criticamente, determinadas funções atribuídas à Educação Física escolar nos anos do regime ditatorial-militar brasileiro. Com o intuito de delimitarmos nossa apreciação, abordaremos especificamente três produções acadêmicas, são elas: “Educação Física e sociedade”, de Mauro Betti (1991); “Educação Física no Brasil: a história que não se conta”, de Lino Castellani Filho (1988); e “Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física”, de Paulo Ghiraldelli Junior (1988). Como referencial de análise, utilizaremos os estudos realizados por Rosa (2006) e, principalmente, Taborda de Oliveira (2001)^v.

As produções que serão examinadas criticamente não abarcam a totalidade das publicações dos autores que iremos dialogar. Mais precisamente, a escolha dessas obras foi baseada em um critério: a penetração que as teses defendidas ao longo de suas páginas alcançou na comunidade acadêmica da Educação Física. Já no que tange à seleção dos trabalhos que serão utilizados como referencial de análise, além de suas relevantes contribuições, intentamos trazer à tona as discussões mais atuais referentes aos assuntos que iremos nos deter.

Cabe esclarecermos que nos contrapormos às visões sobre a História da Educação Física expressas nos livros em tela não significa negar a importância que os mesmos tiveram em nossa área de conhecimento, muito pelo contrário. Portanto, concordando com Caparroz (1997), torna-se fundamental explicitarmos o nosso reconhecimento dos avanços, superações e contribuições desses estudos para o campo da Educação Física. Sobretudo no que tange à “ruptura e superação que [essas publicações procuraram] estabelecer com uma produção que até então se pautava quase que única e exclusivamente na perspectiva biologicista, da aptidão física” (CAPARROZ, 1997, p. 3).

Ademais, também se faz relevante termos sempre em vista o contexto histórico no qual as obras supramencionadas se materializaram, ou seja: ao nos debruçarmos sobre as produções da Educação Física datadas no final da década de 1980 e início da década de 1990, não podemos deixar de considerar que:

No cenário da Educação Física nacional, são travados importantes debates e organizados movimentos que, entre outras características, tiveram o mérito de tensionar as relações vigentes na área, com um movimento intenso de questionamento e contestações das práticas e das políticas públicas para a época. [...] Neste sentido, a produção teórica que se inseria numa visão histórica ou sociológica, procurou operar a crítica mostrando que, historicamente, a Educação Física brasileira esteve atrelada ao paradigma biológico e que, nesta perspectiva, as práticas desenvolvidas sustentaram-se pelo seu caráter instrumental em favor

do *status quo*, a serviço da classe dominante [...] (CAPARROZ, 1997, p. 9, grifo do autor).^{vi}

Esperamos que este artigo contribua para uma melhor compreensão de determinadas funções atribuídas à Educação Física escolar nos anos da ditadura militar brasileira. Ao procurarmos problematizar esse tema, a partir de suas representações em obras que causaram um considerável impacto na área – e que, de certa maneira, cristalizaram-se como referências recorrentes para o estudo da Educação Física escolar no recorte temporal em destaque – acreditamos estar promovendo uma reflexão relevante sobre um assunto ainda pouco discutido nas produções historiográficas no que se refere a períodos mais recentes; ainda que a relação entre Pedagogia, Educação Física e meios militares, como nos aponta Taborda de Oliveira (2001), já tenha recebido atenção de outros pesquisadores no que tange a períodos anteriores (GOELLNER, 1992; BERCITO, 1991; CASTRO, 1997; FERREIRA NETO, 1999).

Para melhor organizarmos a construção e a execução do objetivo proposto, serão desenvolvidos, a seguir, dois eixos de abordagem consonantes com as três principais funções atribuídas à Educação Física escolar pelas obras que serão analisadas neste trabalho, são eles: (a) Educação Física escolar, adestramento físico e suas possíveis contribuições para o aumento da produtividade no mundo do trabalho; e (b) Educação Física escolar, formação de atletas de alto nível e o uso político do esporte.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, ADESTRAMENTO FÍSICO E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO MUNDO DO TRABALHO

Ao longo deste primeiro eixo de abordagem, procuraremos discutir questões acerca da Educação Física escolar e suas possíveis relações com a perspectiva de desenvolvimento econômico adotada pelo regime ditatorial-militar no decorrer da década de 1970. Como se pode observar anteriormente, essa relação foi

explorada de um modo razoável pela literatura especializada da área, que atribuiu críticas a uma suposta modalidade de uso instrumental da Educação Física. Tal uso direcionava-se ao adestramento físico da população escolar, objetivando, dentre outros aspectos, a formação de corpos saudáveis e dóceis ao modo de produção capitalista.

Atuando na interface de dois campos de conhecimento distintos – notadamente os campos da Educação e da Educação Física – Castellani Filho (1988) começa sua discussão sobre o tema em foco nos atentando para o caráter de continuidade das Leis nº 5.540/68^{vii} e 5.692/71^{viii}. Contudo, o autor também nota que ambas são imbuídas de uma tendência tecnicista, que as diferem, portanto, de uma “inspiração liberalista que caracteriza a Lei nº 4.024/61” (p. 104)^{ix}. Dentro dessa perspectiva, Castellani Filho (1988) – ao dialogar com referências do campo da Educação^x – nos apresenta uma breve explanação acerca de como tal tendência estaria arraigada na política educacional do período:

Explicitava-se tal tendência tecnicista, na incorporação, por parte dos responsáveis pela definição da política educacional, de um entendimento do sistema educacional associado, quase que mecanicamente, à qualificação profissional, pautado em parâmetros fixados por uma formação técnico-profissionalizante respaldada na concepção analítica de Educação, pertencente ao quadro das Teorias Acríticas de Filosofia da Educação – conforme classificação de Saviani – geradora de posturas despidas de criticidade [...] (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 104).

Notamos que Castellani Filho (1988), ainda que sem demonstrar uma preocupação em esgotar a análise dos documentos oficiais do período, tenta enquadrar algumas intervenções governamentais no setor de Educação Física/Espportes em uma “visão da gestação conspiratória de políticas públicas nos interesses *escusos* do capitalismo dependente” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 43, grifo do autor). Dessa forma, o autor chama a atenção para a adequação da Educação Física escolar ao

modelo de desenvolvimento econômico da época:

Teve ela [a Educação Física] – dada a contundente presença tecnicista nas Leis n. 5.540/68 e 5.692/71 – reforçado o seu caráter instrumental, caráter esse que, num primeiro instante, veio a configurar-se no zelar, enfaticamente, pela preparação, recuperação e manutenção da força de trabalho, buscando com esse proceder, assegurar ao ímpeto desenvolvimentista então em voga, mão-de-obra fisicamente adestrada e capacitada. Esse caráter instrumental, evidencia-se ainda mais quando o Decreto n. 69.450/71, em seu artigo 1.º, refere-se a ela como sendo “...*ATIVIDADE* que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando (constituindo-se em) um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional...” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 107, grifo do autor).

Enquanto optamos por não debater a obra de Ghiraldelli Junior (1988) no presente eixo de abordagem^{xi}, observamos que Betti (1991), em relação à Castellani Filho (1988), elaborou um estudo mais abrangente acerca da Educação Física situada no âmbito da política educacional brasileira. O autor, ao fazer uma vasta análise dos documentos oficiais, embasada em um suporte referencial do campo da Educação^{xiii}, afirma que os anos entre 1969 e 1979 foram marcados pela “ascensão do esporte à razão de Estado e a inclusão do binômio Educação Física/Esporte na planificação estratégica do governo”. Para Betti (1991, p. 106), tal fenômeno pode ser explicado por dois aspectos:

Isso aconteceu porque a Educação Física passou a ser tratada ao nível de outro sistema, e porque gerou um interesse direto do Estado, que a inseriu em um contexto geral de desenvolvimento dos recursos humanos nacionais, sob o prisma da “aptidão física”, e da projeção nacional via esporte de alto rendimento, sob o prisma da formação de novos talentos esportivos, incorporando

definitivamente o conteúdo esportivo no 1º e no 2º grau.

Vale salientarmos que, segundo o autor em realce, as iniciativas governamentais não teriam obtido êxito sem o apoio dos profissionais da área, que foram os mais veementes propagadores dessa nova maneira de se conceber a Educação Física escolar. Betti (1991) acredita que a falta de reflexão teórica e de atitude científica no campo da Educação Física facilitou essa rápida e entusiasmada adesão. Principalmente porque os discursos oficiais contribuía, de forma significativa, para ressaltar as funções concretas e “positivas” dessa prática de intervenção social – prática essa que, historicamente, sempre apresentou dificuldades para se legitimar no ambiente escolar. Dentro dessa perspectiva, o autor assegura que:

Tanto o MF [Método Francês], hegemônico durante o Estado Novo, como o ME [Método Esportivo], pós-70, privilegiaram o conteúdo formal, comando, trabalho, controle externo e regras rígidas. Isso significou a opção pela reprodução de modelos de atividades física formais, sem considerar as características e necessidades do aluno e do meio-ambiente; pelo papel passivo do aluno, cumpridor mecânico de ordens emanadas da autoridade docente, sem o direito a pensar e agir por si próprio; pela reprodução das características do trabalho – seriedade, obrigatoriedade, limitações de tempo e espaço, valorização do resultado; pela intervenção de autoridades externas na resolução de conflitos, limitando a aprendizagem social e a capacidade dos próprios alunos de gerenciarem uma atividade grupal; e por fim, pelas regras predeterminadas e inquestionáveis, dificultando a compreensão de sua função e de seu processo de elaboração (BETTI, 1991, p. 165).

Ainda que as linhas de argumentação desenvolvidas pelos autores em foco sejam, de certo modo, pertinentes e dignas de apreciação, cabe assinalarmos que, tanto Betti (1991) quanto Castellani Filho (1988), apresentam trabalhos desprovidos de análises preocupadas em

deslindar as tensões entre os meios “*intra e extra* escolar” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006, p. 13, grifo do autor). Em vista disso, esses estudos pouco avançam no sentido de contribuir para uma melhor compreensão dos conflitos que permeiam a complexa relação estabelecida entre as políticas educacionais e suas possíveis consolidações no plano das práticas escolares – fato que por si só limita significativamente suas versões explicativas sobre o desenvolvimento da Educação Física escolar ao longo dos anos da ditadura militar brasileira.

Dentre outros aspectos, Rosa (2006) e Taborda de Oliveira (2001) se preocuparam em compreender, por meio da abordagem metodológica denominada “História Oral”, as experiências cotidianas de professores de Educação Física que atuaram em locais bem específicos: Rosa (2006) centrou sua análise no município de Cacequi (RS) e Taborda de Oliveira (2001) no município de Curitiba (PR). Notamos claramente nos estudos em destaque que o ideário oficial não se concretizou de um modo pleno. Os professores de Educação Física entrevistados pelos autores apontam diversos fatores que põem em xeque tal possibilidade, dentre os quais podemos destacar: o número elevado de alunos por turma, a falta de material, de espaço adequado, de fiscalização e, até mesmo, de professores formados em Educação Física.

Sobre esse assunto, a seguinte passagem, expressa em Taborda de Oliveira (2001, p. 323, grifo do autor), é bastante esclarecedora:

Pelo depoimento dos professores, a maioria das escolas ressentia-se de falta de espaço e materiais adequados, o que implicava em uma constante improvisação e adaptação [...]. Considerando que a PMC [Prefeitura Municipal de Curitiba] desenvolveu uma política de Educação Física e, ainda assim, apresentava essas dificuldades, podemos deduzir que naqueles lugares onde a Educação Física ainda não era objeto de uma maior sistematização, a situação fosse bem pior, o que nos permite relativizar a implementação *in toto* do próprio ideário oficial.

Agora, vejamos o que nos diz Rosa (2006, p. 91-92):

De acordo com as informações obtidas através da oralidade e dos registros da Secretaria Municipal de Educação de Cacequi, as instituições municipais de ensino ofereciam, no máximo, [turmas] até a 5ª série do 1º grau (ensino fundamental), e possuíam um professor por turma, quando esse não atendia mais de uma série durante todo o ano letivo – essa era uma ocorrência frequente no interior do município. A Educação Física nesses níveis era ministrada, portanto, por professores que lecionavam todas as disciplinas curriculares, em um mesmo turno de trabalho.

[...] Em virtude dessas condições e das dificuldades de locomoção e acesso, uma cobrança de ordem superior naqueles estabelecimentos de ensino era praticamente inexistente. Ficava a cargo de quem lecionava a frequência das aulas de Educação Física e até mesmo a sua própria existência.

Ainda tendo-se em horizonte as publicações de Betti (1991) e Castellani Filho (1988), torna-se relevante destacarmos, de acordo com Taborda de Oliveira (2003b, p. 173), que “a análise da norma legal, exclusivamente, apenas empobrece a compreensão dos conflitos pela definição dos parâmetros legais”. Afinal, como reitera o autor, seria possível abstrair do Estado suas orientações conflituosas, marcada por tensões, disputas e conciliações? Poderíamos afirmar que as políticas públicas para o setor de Educação Física/Espportes foram gestadas somente no âmbito das agências militares? Ou houve algum modo de participação da corporação de especialistas da área? Será que não havia pontos convergentes entre os interesses do governo e dos profissionais do campo da Educação Física?

Embora seja notável a carência de estudos específicos acerca desse assunto, percebemos em Taborda de Oliveira (2001, 2003b) novos caminhos e avanços consideráveis para um melhor entendimento das questões expostas.

Ao analisar um conjunto diverso de fontes^{xiii}, dentre as quais podemos tomar como exemplo as conclusões da “VI Reunião de Diretores de Escolas de Educação Física”, realizada em 1968, o autor detecta indícios que apontam para a consonância entre a política estabelecida para o setor e os interesses da corporação de especialistas em Educação Física. Dentre esses pontos de convergência, destaca-se o reconhecimento dos possíveis impactos da prática da Educação Física no setor trabalhista, tratado, tanto em grande parte da documentação oficial do período quanto no documento corporativo mencionado, como um aspecto que deveria ser contemplado na elaboração de uma possível política nacional para área. Tal intento justificava-se, em grande medida, por meio de discursos que associavam o exercício da Educação Física a melhorias nas condições de saúde e qualidade de vida do trabalhador, gerando, conseqüentemente, um aumento do rendimento produtivo durante o tempo laboral.

Diante desse quadro, Taborda de Oliveira (2003b, p. 163) chama a atenção para a seguinte questão:

[Há] um conjunto bastante rico e não monolítico de evidências. Dessas podemos inferir que, motivados por um conjunto bastante difuso de influências, os governos ditatoriais encetariam de [sic] políticas públicas para a Educação Física brasileira que visavam a melhora do perfil acadêmico e profissional do professor escolar de Educação Física como pedra de toque da tentativa de renovação e expansão da área. [...] Parece-me que, antes de um grupo de professores reorganizarem a Educação Física brasileira [...], ou de a Educação Física ser uma musa dos militares de plantão, a tecnocracia fazia a medição dos interesses de um e de outros.

Dentro dessa perspectiva, o autor avança com os seguintes argumentos:

Se esse raciocínio está correto, então a Educação Física não era uma razão de Estado naquele período e estava longe de ser organizada a partir da vontade exclusiva de indivíduos ou grupos

isolados. É no campo das tensões entre essas duas possibilidades que se ergueriam as perspectivas de valorização e incremento da Educação Física brasileira naqueles anos. [...] Antes, aquele momento parece ter sido a síntese de um conjunto muito mais amplo de determinações conjunturais e históricas, muito bem aproveitado pelos técnicos do governo para implementar uma política setorial de Educação Física, devidamente afinada com as perspectivas do desenvolvimento do Brasil (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003b, p. 163).

Destarte, notamos que, comparado às obras de Castellani Filho (1988) e Betti (1991), uma das contribuições do estudo de Taborda de Oliveira (2001) para o presente debate se caracteriza pela inserção de uma nova possibilidade histórica. Possibilidade essa que considera a existência de um consórcio efetivo da corporação de professores de Educação Física, sejam eles escolares ou universitários, na gestação de políticas públicas para o setor. Para Taborda de Oliveira, tais medidas não somente atendiam os interesses, mas também contavam com a colaboração ativa dos profissionais da área, que, por meio de acirradas lutas de representações, reivindicavam melhorias para a Educação Física. Principalmente no que tange aos seguintes aspectos: “formação e expansão do ensino superior, a formulação de um estatuto epistêmico, a autonomia da área, a criação da pós-graduação, a prevalência do esporte e da técnica e a tentativa de universalização das suas práticas pela via da definição legal dos seus parâmetros” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003b, p. 172).

Para resumir, nas palavras do próprio autor:

Talvez não houvesse clareza por parte daqueles profissionais da vinculação entre a Educação Física e a Doutrina de Segurança Nacional e, até mesmo, a perspectiva de desenvolvimento do governo. Mas muitos indícios permitem intuir que havia uma clara proximidade entre os interesses do governo e os interesses dos profissionais da área da Educação Física (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 91).

Ademais, complementa Taborda de Oliveira (2001, p. 91):

É preciso reconhecer que a corporação dos especialistas em Educação Física se fortalecia e buscava redefinir espaços de atuação e afirmação profissional. [...] Assim sendo, os profissionais da área e seus órgãos de representação apoiavam em larga medida as iniciativas governamentais para a Educação Física, ao mesmo tempo em que participavam da implantação das novas propostas de Educação Física no interior da escola.

Embora as evidências presentes nos estudos de Taborda de Oliveira (2001, 2003b) não excluam a necessidade de melhor compreendermos a participação da corporação dos especialistas em Educação Física na formulação de políticas públicas para a área, não podemos deixar de considerar que esse autor nos apresenta um conjunto de elementos que nos permite, no mínimo, questionar de um modo crítico determinadas teses que se cristalizaram como referências para compreensão do objeto de análise em foco. Mais precisamente, referimo-nos àquelas que sustentam ideias como, por exemplo, a de que a Educação Física teria sido submetida, exclusivamente, aos interesses de uma burguesia industrial brasileira, aliada aos capitalistas internacionais e a tecno-burocracia militar e civil (CASTELLANI FILHO, 1988). Ou então, de que o governo autoritário teria imposto, de uma maneira vertical, uma concepção instrumental de Educação Física – imposição essa que teria contado com uma adesão total da corporação dos especialistas da área (BETTI, 1991).

Afinal, como bem capta Taborda de Oliveira (2003b, p. 172):

Pensando as políticas públicas como possibilidade de organização de demandas, e o aparato legal como possibilidade de manobra dos grupos subordinados da sociedade, conforme propõe Thompson (1987), os tecnocratas da ditadura não teriam cumprido um papel que, talvez para o nosso desencanto, atendia aos interesses da corporação dos especialistas em Educação Física

naqueles anos? Não emergia ali uma forte pressão para elevação do *status* institucional da Educação Física, a partir de uma série de considerações em torno de sua relevância social, da necessidade de desenvolvimento de pesquisa na área, o que requeria a formação de professores e pesquisadores e alocação de recursos?

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, FORMAÇÃO DE ATLETAS DE ALTO NÍVEL E O DESVIO DA ATENÇÃO DA POPULAÇÃO DE QUESTÕES SOCIOPOLÍTICAS

Ao longo deste segundo tópico de desenvolvimento, centraremos nossa discussão em questões que abordam a Educação Física escolar e suas possíveis relações com o uso político do esporte. Vimos, rapidamente, que esse debate também foi tratado de um modo razoável pela produção acadêmica do campo da Educação Física, e se caracteriza pelas críticas direcionadas a uma suposta submissão do esporte praticado na escola aos códigos do esporte de alto rendimento. Tal sujeição estaria alinhada com determinados interesses governamentais, tais quais: formar atletas de alto nível, considerando os possíveis benefícios políticos de conquistas esportivas no cenário internacional; e desviar a atenção da população de questões sociopolíticas.

De acordo com Betti (1991), a inserção do conteúdo esportivo nas aulas de Educação Física ocorreu de um modo paulatino, devido à grande difusão do Método Desportivo Generalizado, a partir de meados da década de 1950^{xiv}. Contudo, segundo o autor, foi durante a década de 1970 que o esporte alcançou o *status* de conteúdo hegemônico da Educação Física escolar brasileira. Nesse período, relata Betti (1991), o ensino desse componente curricular deixou de se basear em um método próprio, e tornou-se uma série de procedimentos adotados para se alcançar determinados objetivos – notadamente consonantes com a perspectiva ideológica do “desenvolvimento e da segurança nacional”. Vejamos como nos apresenta o autor:

Na década de 70 [o sistema militar] compunha a tecno-burocracia que se

instalou no governo federal na área educacional, e ao dirigir hegemonicamente os órgãos centrais de administração da Educação Física, na perspectiva ideológica do “desenvolvimento e segurança nacional”, aliou-se ao sistema esportivo, no interesse comum de colocar a Educação Física como fornecedora de talentos esportivos para alimentar o esporte de alto rendimento, para a “elevação do nível das representações nacionais”. Daí a adoção do modelo piramidal para o sistema de Educação Física/Esporte.

[...] O conteúdo esportivo deu então uma nova coloração aos programas de Educação Física no Brasil, centrados na velha ginástica sueca e francesa [sic]. O esporte pareceu também ir ao encontro da ideologia propagada pelos condutores da revolução de 1964: aptidão física como sustentáculo do desenvolvimento, espírito de competição, coesão nacional e social, promoção externa do país, senso moral e cívico, senso de ordem e disciplina (BETTI, 1991, p. 160-161).

Ghiraldelli Junior (1988) apresenta uma visão parecida com a de Betti (1991). Com o intuito de elaborar um quadro classificatório das principais correntes da Educação Física no Brasil – sobretudo a partir da análise de artigos publicados nos principais periódicos da área – o autor detectou que durante o período da ditadura militar houve uma preponderância da tendência que denominou de “Educação Física Competitivista”. Essa concepção de Educação Física escolar se caracteriza pela sua relação de proximidade com o esporte de alto rendimento e, também, por preconizar uma prática pedagógica que advoga uma posição de neutralidade perante os conflitos sociopolíticos do país. Em síntese, Ghiraldelli Junior (1988, p. 29-30) sustenta que:

A partir dos anos 20 e 30, progressivamente, o “desporto de alto-nível” ganhou espaço no interior da sociedade e, conseqüentemente, da Educação Física. Nos anos 60-70, praticamente cria-se uma situação inédita: o “desporto de alto nível”

subjuga a Educação Física, tentando colocá-la como um mero apêndice de um projeto que privilegia o Treinamento Desportivo.

[...] O sustentáculo ideológico dessa concepção é a própria ideologia disseminada pela tecno-burocracia militar e civil que chegou ao poder em março de 1964. A ideologia do “desenvolvimento com segurança”, produzida e divulgada na Escola Superior de Guerra, [...] deu o tom principal para a idéia de uma tecnização da Educação e da Educação Física [...] capaz de aumentar o rendimento educacional do país e, na área da Educação Física, promover o desporto representativo capaz de trazer medalhas olímpicas para o país.

Neste momento, faz-se relevante abriremos parênteses para destacar que um dos periódicos analisados por Ghiraldelli Junior (1988) foi a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”^{xv}, ou seja: a mesma fonte impressa privilegiada no estudo de Tabora de Oliveira (2001). Sendo assim, cabe assinalarmos que, embasado nas ideias do historiador inglês Edward Palmer Thompson, Tabora de Oliveira (2001) endereça críticas à forma como esse autor se apropria dos registros expressos nas páginas dessa revista:

[...] é interessante notar como o autor opera uma apropriação dos registros da *Revista* da forma que Thompson denominou de autoconfirmadora (1981, p. 21). Ghiraldelli Jr não faz alusão ao rico debate que estava posto nas páginas da *Revista*, debate que era internacional, e que remetia a uma consolidação do esporte que não tinha necessariamente a ver com a política do Brasil-Grande. [...] O autor, a partir de algumas premissas que são mais ideológicas que epistemológicas, confirma suas inferências a partir de uma leitura apenas parcial dos documentos. Havia um debate na *Revista* por ele utilizada e havia denúncias da própria orientação esportiva para a Educação Física

brasileira (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 55, grifo do autor).

É ainda interessante observarmos que, assim como Ghiraldelli Junior (1988), Betti (1991) também utiliza em sua obra alguns números da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”. Portanto, concordamos novamente com Taborda de Oliveira (2001, p. 56, grifo do autor) ao afirmar que “o autor enxergou nas páginas da *Revista* apenas aqueles elementos que referendavam as suas críticas às políticas oficiais do período referido”.

Dessa forma, enquanto Betti (1991, p. 112) diz que, no período em questão, ganha força a concepção de que “o aluno e a escola devem servir ao esporte, [...] e não o esporte estar a serviço dos interesses educacionais [...]”; Ghiraldelli Junior (1988, p. 20) é taxativo: “apesar de negar, a Educação Física Competitivista é um aríete das classes dirigentes na tarefa de desorganização popular”. Para o último autor, a difusão da “Educação Física Competitivista”, além de fazer eco à propagação da ideia de um “Brasil-Grande”, capaz de mostrar sua magnitude por meio de conquistas esportivas no cenário internacional, também apresentava um segundo objetivo: dirigir e canalizar energias para o esporte, atuando como uma espécie de analgésico nos movimentos sociais.

Dentro dessa perspectiva, ao citar Cunha (1985), Ghiraldelli Junior (1988) põe à tona o que seria o escopo da “Educação Física Competitivista”:

A ideia-força da ênfase na Educação Física era a seguinte: o estudante, cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disposição para entrar na política. Esta ideia era, aliás, adaptada de outras que os militares desenvolveram para os recrutas e os alunos das escolas militares. A técnica de controle que os militares estabeleceram fez com que fossem abrindo o caminho nas organizações voltadas para a Educação Física e os desportos, na burocracia do Ministério de Educação – a que esta área está afeta – e fora dela. Em todos esses órgãos havia presença maciça dos militares em cargos de direção [...].

Buscava-se com essa política desportiva produzir a “coesão nacional e social” que a ditadura não havia conseguido com o Mobral nem com a propaganda via televisão (CUNHA, 1985, p. 80 apud GHIRALDELLI JUNIOR, 1988, p. 42-43).

Ainda que sem focar sua discussão nas questões em tela, observamos que Castellani Filho (1988, p. 115) apresenta uma visão semelhante à de Ghiraldelli Junior (1988). Sobretudo ao reconhecer que o uso político do esporte – notadamente de “sua capacidade de catarse, [ou seja,] de canalizar em torno de si, [...] os anseios, esperanças e frustrações dos brasileiros” – foi bastante explorado ao longo do regime ditatorial-militar. Nesse sentido, ao discorrer mais especificamente sobre obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, o autor afirma que:

[...] a exclusão da Filosofia do rol das disciplinas obrigatórias dos currículos de 2º grau e a inclusão da Educação Moral e Cívica no 2º e 3º graus – neste último, com o nome de Organização Social e Política Brasileira, OSPB – paralelamente à da Educação Física – com seu repertório lúdico-esportivo associado às implicações decorrentes de sua presença na instituição escolar, entendida unicamente enquanto ATIVIDADE – não pode ser vista como medidas díspares, como se tivessem sido tomadas aleatoriamente. Compõem, a nosso ver, um conjunto de medidas adotadas, que refletem a opção [...] pela negação da Filosofia, enquanto teoricamente dotada de conteúdo potencialmente gerador de posturas constituídas de criticidade, optando por outras que estariam comprometidas em representar “... o papel ideológico de condução de poder pela elite” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 123-124).

Em linhas gerais, as explanações anteriores sintetizam o que foi dito por Betti (1991), Castellani Filho (1988) e Ghiraldelli Junior (1988) sobre o presente eixo de abordagem. Cabe ressaltarmos, novamente, que essas obras não apresentam uma preocupação em verificar o

impacto das políticas públicas e/ou da produção de conhecimento na área sobre as práticas escolares. Tendo sempre em horizonte essa informação, torna-se relevante inserirmos no debate outras questões presentes no estudo de Tabora de Oliveira (2001): poderíamos afirmar a existência de uma prática hegemônica da Educação Física no meio escolar? Teria o governo produzido e divulgado uma abordagem da Educação Física que se consolidou de forma incontestável, determinando a prática profissional na área? Poderíamos descartar a possibilidade, ainda que limitada, de intervenção dos agentes educacionais como sujeitos históricos?

Como vimos anteriormente, além das edições da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984) e dos depoimentos de professores que atuaram na Rede Municipal de Ensino de Curitiba (1970-1980), o estudo de Tabora de Oliveira (2001) também privilegiou como fonte os programas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (1972-1983)^{xvi}. Dessa forma, o autor pode observar que esses documentos preconizavam o esporte como um conteúdo hegemônico das aulas de Educação Física. Contudo, ao partir do pressuposto de que os professores possuíam pelo menos o momento de suas aulas como um espaço relativamente autônomo, percebeu também que a análise de suas intervenções é, certamente, um elemento fundamental para averiguar se as recomendações expressas nos programas de ensino se concretizaram ou não.

Dentro dessa perspectiva, a partir do exame das entrevistas de “História Oral”, Tabora de Oliveira (2001, p. 366-367) constatou que:

Cada um dos professores entrevistados assimilava, incorporava de uma maneira completamente distinta as influências mais variadas. Em decorrência disso, o resultado do seu trabalho era fundamentalmente diverso. As entrevistas permitiram-me reafirmar a importância daquilo que tem sido reiteradamente perguntado: o que os sujeitos fazem com aquilo que as estruturas fazem dos sujeitos? Certamente eles reinventam, dentro dos limites permitidos pelas mais diversas determinações, o seu viver cotidiano.

Não eram simplesmente manipulados ou induzidos, mas faziam opções, conscientes ou inconscientes, mas racionais. Portanto, ainda que não tivessem clareza disso – mas, parece que a maioria dos professores entrevistados tinha –, sabiam que eram possuidores de uma “liberdade relativa” ante as determinações estruturais. E, em muitos casos, eram capazes de desafiá-las.

Ao reconhecer a escola como um espaço contraditório, capaz de produzir práticas heterogêneas a partir das diversas experiências dos seus agentes, Tabora de Oliveira (2001, p. 368) observou, em um mesmo período histórico, e em uma mesma cidade, ações distintas que “conformaram diversas formas de conceber a relação entre a escola e o conhecimento”. Sobre esse assunto, o estudo de Rosa (2006, p. 107-108) também apresenta contribuições que vão ao encontro das ideias apresentadas acima:

A ação dos professores criou espaços consideráveis para manifestações próprias dos alunos, potencializadoras de experiências através do movimento brincado, da ação jogada na criação e no desafio, aventurada de forma espontânea e livre de maiores direcionamentos externos ao seu fazer e ao seu pensar em suas atividades.

Justamente por essa presença ter aparecido frequentemente nas aulas de Educação Física ministradas pelas professoras que colaboraram com esse estudo, não é possível afirmar que a disciplina serviu como um instrumento tecnicista de educação, inclusive porque, se é fato que na prática esse não foi um procedimento predominante, na teoria, seu desenvolvimento local não derivou das produções do Treinamento Desportivo, nem da Biomecânica ou Medicina Desportiva, tampouco se baseava em planos e métodos massificadores e homogeneizantes.

Em vista do exposto, foi possível observar, nos estudos de Rosa (2006) e, principalmente, Tabora de Oliveira (2001), novas informações

que, somadas às que foram apresentadas anteriormente, compõem um novo conjunto de elementos que nos possibilita por em xeque, novamente, as teses sustentadas por Betti (1991), Castellani Filho (1988) e, também, Ghiraldelli Junior (1988). Neste momento, devemos nos atentar para as abstrações e generalizações presentes nas obras desses autores. Abstrações e generalizações essas que se caracterizam como motivos suficientes para que possamos afirmar, ainda de acordo com Tabora de Oliveira (2004, p. 9), que as representações acerca da prática da Educação Física escolar presentes nesses trabalhos “não tem correspondente necessário nas práticas reais dos agentes escolares, certamente por não levar em conta a experiência histórica daqueles agentes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo discutir – à luz das contribuições dos estudos realizados por Rosa (2006) e, principalmente, Tabora de Oliveira (2001) – determinadas funções atribuídas à Educação Física escolar nos anos do regime ditatorial-militar brasileiro. No sentido de delimitação, abordamos especificamente as obras de Betti (1991), Castellani Filho (1988) e Ghiraldelli Junior (1988). Por meio da construção de dois eixos de abordagem, procuramos argumentar sobre os seguintes temas: (a) Educação Física escolar, adestramento físico e suas possíveis contribuições para o aumento da produtividade no mundo do trabalho; e (b) Educação Física escolar, formação de atletas de alto nível e o uso político do esporte.

Quanto ao primeiro eixo de abordagem, buscamos ressaltar as condições inadequadas em que as aulas de Educação Física eram ministradas tanto em Curitiba (PR) quanto em Cacequi (RS). Ademais, discutimos a existência de fontes que indicam que, no período abordado neste artigo, houve uma participação ativa da corporação de professores de Educação Física na elaboração de políticas públicas para a área. Sobretudo por meio de acirradas lutas de representações travadas em torno de temas considerados relevantes para o seu desenvolvimento.

Vale salientarmos que tais fontes nos fornecem subsídios suficientes para que possamos por em xeque determinadas versões historiográficas que se cristalizaram como referências recorrentes em nossa área, tais quais: a de que a Educação Física teria sido submetida, exclusivamente, aos interesses de uma burguesia industrial brasileira, aliada aos capitalistas internacionais e a tecno-burocracia militar e civil (CASTELLANI FILHO, 1988); ou então, de que o governo autoritário teria imposto de uma maneira vertical uma concepção instrumental de Educação Física – imposição essa que teria contado com uma adesão total da corporação dos especialistas da área (BETTI, 1991).

No que se refere ao segundo tópico de desenvolvimento, dentre outros aspectos, faz-se importante mencionarmos que as obras analisadas neste trabalho não tiveram por objetivo verificar os impactos das políticas públicas e/ou da produção de conhecimento na área sobre as práticas escolares. Rosa (2006) e Tabora de Oliveira (2001), ao desenvolverem essa análise em cidades brasileiras, observaram a presença de práticas pedagógicas heterogêneas – que, inclusive, não estavam necessariamente alinhadas com os interesses do regime ditatorial-militar, muito pelo contrário.

Portanto, devemos nos atentar para as generalizações e abstrações presentes nos estudos de Betti (1991), Castellani Filho (1988) e Ghiraldelli Junior (1988). Generalizações e abstrações essas que nos permitem afirmar, concordando com Tabora de Oliveira (2001), que as representações acerca da prática da Educação Física escolar expressas nas obras desses autores não têm correspondente necessário nas práticas cotidianas dos professores e professoras brasileiros que atuaram no decorrer do período em tela – o que reforça a importância de, em nossos estudos, levarmos sempre em conta as experiências históricas desses agentes.

Em vista do exposto, concluímos que a carência de estudos específicos e os limites das versões historiográficas que se cristalizaram como referências recorrentes em nossa área iluminam a necessidade de compreendermos – de uma maneira mais profunda, complexa e matizada – a configuração da Educação Física

escolar durante os anos do regime ditatorial-militar brasileiro. Tal necessidade se potencializa quando observamos que, mais de uma década após a publicação da tese de doutorado de Taborda de Oliveira (2001), ainda nos deparamos com um cenário muito parecido com o descrito pelo autor:

[...] creio que o período proposto neste estudo – a ditadura militar e os anos subseqüentes – precisa ser estudado com mais rigor e profundidade do que vem sido até aqui, no que diz respeito ao desenvolvimento da Educação Física brasileira. Além de estudos de natureza comparativa, a delimitação do campo acadêmico da área, a influência das

aulas de Educação Física sobre a população em geral, biografias e histórias de vida, organização profissional, o ensino superior e a formação de professores – e por que não? – a memória de militares sobre o real significado da Educação Física para as Forças Armadas, todos estes são estudos desejáveis e possíveis de serem desenvolvidos. [...] creio que temos elementos suficientes para tentarmos aprofundar o conhecimento histórico sobre a Educação Física do período, buscando a historicidade de um processo reduzido pela historiografia a uma “razão de Estado” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 370).

SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL (1964-1985): HISTORICAL ASSESSMENT AND NEWS PERSPECTIVES

ABSTRACT

This study aims to critically analyze some functions assigned to the School Physical Education during the Brazilian military dictatorship. Some books, considered relevant in the academic context of Physical Education, stated that the programs of Physical Education at school were under the submission of interests of the dictatorial government. Based on this statement, Physical Education at school would be organized to increase the work capacity, to develop competitive athletes and also to use the sport as a political strategy. However, these historiography versions present limits that could be contested by considering the empirical data. It was verified that teachers had an active engagement with the public policies, regarding Physical Education at school, and they also experienced heterogeneous pedagogical practices, which were not necessarily linked to the interests of the military government. It is concluded that this object of study might be considered from a deeper and more complex perspective.

Key words: History of Physical Education. School Physical Education. Brazilian Military Dictatorship.

REFERÊNCIAS

BELTRAMI, D. M. **A Educação Física na política educacional do Brasil Pós-1964**. Maringá: EDUEM, 2006.

_____. **A Educação Física no âmbito da política educacional no Brasil pós-64**. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação)-Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992.

BERCITO, S. D. R. **Ser forte para fazer a nação forte: a Educação Física no Brasil (1932-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27dez. 1961. Seção 1, p. 11429.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3. dez. 1968. Seção 1, p. 10433.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12.ago.1971. Seção 1, p. 6377.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola: a Educação Física como componente curricular**. Vitória: CEFD-UFES, 1997.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas, SP: Papyrus, São Paulo, 1988.

- CASTRO, C. "In corpore sano": os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. **Antropolítica**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 61-78, 1997.
- COVRE, M. L. M. **A fala dos homens**: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981). São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DAOLIO, J. **Educação Física brasileira**: autores e atores da década de 1980. Campinas, SP: Papirus, São Paulo, 1998.
- FERREIRA NETO, A. **A pedagogia no Exército e na escola**: a Educação Física brasileira (1880-1950). Aracruz: FACHA, 1999.
- FREITAG, B. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física progressista**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física. São Paulo: Loyola, 1988.
- GOELLNER, S. V. **O Método Francês e a Educação Física no Brasil**: da caserna à escola. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano)-Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- MARINHO, I. P. **Sistemas e métodos de Educação Física**. São Paulo: Cia. Brasil, 1953.
- MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003
- PINTO, J. F. **Representações de esporte e Educação Física na ditadura militar**: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos DEDINHO (1968-1974). Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- ROSA, J. M. **Nas vozes de um mesmo tempo**: a Educação Física institucionalizada no período da ditadura militar em Cacequi - RS. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.
- SOARES, C. L et al. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da rede municipal de ensino de Curitiba**: entre a adesão e a resistência. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação)-Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- _____. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984)**: entre a adesão e a resistência. São Paulo: Ed. Universidade São Francisco, 2003a.
- _____. Políticas públicas para a Educação Física escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só representação? **Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 151-178, 2003b.
- _____. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 9-20, 2004.
- _____. Educação do corpo na escola brasileira: teoria e escola. In: _____. (Org.). **A educação do corpo na escola brasileira**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

Recebido em 07/11/2011

Revisado em 04/09/2012

Aceito em 10/12/2012

Endereço para correspondência: Bruno Duarte Rei. Núcleo de Estudos Sociocorporais e Pedagógicos em Educação Física e Esportes. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Educação Física e Desportos. Av. Carlos Chagas Filho, 540, CEP 21941-599. Cidade Universitária, Rio de Janeiro. E-mail: br.duartere@gmail.com

ⁱ Para mais informações, ver: <<http://www.eefd.ufrj.br/nespefe/projetos/nespefe>>.

ⁱⁱ O estudo elaborado por Beltrami (1992) foi publicado no formato de livro. Para mais informações, ver Beltrami (2006).

ⁱⁱⁱ Para uma síntese do estudo realizado por Taborda de Oliveira (2001), ver Taborda de Oliveira (2004). Cabe mencionarmos, ainda, que o estudo de Taborda de Oliveira (2001) também foi publicado no formato de livro. Para mais informações, ver Taborda de Oliveira (2003a).

^{iv} O uso da palavra “adestramento” neste trabalho tem o mesmo sentido utilizado por Mauss (2003, p. 410). Portanto: “o adestramento, como a montagem de uma máquina, é a busca, a aquisição de um rendimento. Aqui, é um rendimento humano”.

^v Os estudos elaborados por Beltrami (1992) e Pinto (2003) abordam temas distintos dos que serão tratados neste trabalho. Portanto, não iremos utilizá-los como referencial de análise.

^{vi} Os debates acadêmicos do campo da Educação Física brasileira ocorridos ao longo da década de 1980 e início da década de 1990 são bastante conhecidos para nos determos aqui. Um estudo mais aprofundado sobre esse tema pode ser encontrado, dentre outros, em Daolio (1998).

^{vii} Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, sua articulação com a escola média e dá outras providências. Para mais informações, ver Brasil (1968).

^{viii} Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Para mais informações, ver Brasil (1971).

^{ix} Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Para mais informações, ver Brasil (1961).

^x Tais como: Saviani (1982), Covre (1983), Romanelli (1984), dentre outros.

^{xi} Esse autor expõe outra visão acerca das relações entre a Educação Física escolar e o ímpeto desenvolvimentista em voga no período em destaque. Portanto, achamos mais adequado discutí-la na próxima seção.

^{xii} Principalmente nos trabalhos de Romanelli (1984) e Freitag (1986).

^{xiii} Depoimentos de professores, manifestos internacionais, atas de entidades classistas, o debate presente nas edições da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984) e etc.

^{xiv} Criado pelo Instituto Nacional de Esportes da França e difundido no Brasil pelo professor Augusto Listello, o Método Desportivo Generalizado apresentava-se como uma nova alternativa aos velhos métodos de Educação Física, pautados exclusivamente na ginástica. Essa abordagem preconizava a inserção de conteúdos esportivos nos métodos de Educação Física, tendo em vista a ênfase em seu aspecto lúdico – entendido como um fator privilegiado para despertar no educando o prazer pela atividade física. Para mais informações, ver Marinho (1953).

^{xv} Segundo Taborda de Oliveira (2001, p. 69, grifo do autor), esse periódico foi editado a partir de 1968, pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e da Cultura. É importante esclarecer, ainda de acordo com o autor, que: “até seu número oito (1969) a Revista [...] denominava-se *Boletim Técnico e Informativo de Educação Física*. Depois seu nome foi alterado para *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* (1970), *Revista Brasileira de Educação Física* (1971) e, finalmente, *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* (1975) [...]”.

^{xvi} Conforme Taborda de Oliveira (2001), esses programas tinham como objetivo sistematizar a prática da Educação Física no âmbito escolar e, também, controlar as possibilidades de intervenções pedagógicas, já que, a princípio, não permitiam participações autônomas dos professores.